

[Handwritten signature]

adapecil

Associação De Amor Para a Educação De Cidadãos Inadaptados Da Lourinhã

MAPAS DE GESTÃO

ADAPECIL - Ass. Amor para Educação Cidadãos Inadaptados Lourinhã

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores em euros)

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	182.776,56	166.502,66
Investimentos financeiros		49,88	49,88
Outros Ativos financeiros		960,68	659,90
Subtotal		183.787,12	167.212,44
Ativo corrente			
Clientes	6	2.592,50	3.921,00
Estado e outros Entes Públicos		0,00	0,00
Outras contas a receber	7	556,03	406,03
Diferimentos	8	1.961,94	2.404,50
Caixa e depósitos bancários	9	129.863,95	146.267,42
Subtotal		134.974,42	153.028,95
Total do Ativo		318.761,54	320.241,39
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10	219.121,99	219.121,99
Reservas		2.914,83	2.914,83
Resultados transitados		19.406,42	(11.201,97)
Outras variações nos fundos patrimoniais		23.679,95	27.320,59
Resultado Líquido do período		1.140,77	30.608,39
Total do fundo do capital		266.263,96	268.763,83
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11	3.654,98	459,87
Estado e outros Entes Públicos	12	10.484,42	10.254,51
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar	13	38.358,18	40.763,18
Total do passivo		52.497,58	51.477,56
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		318.761,54	320.241,39

O Contabilista Certificado: Vanda Oliveira



ADAPECIL - Ass. Amor para Educação Cidadãos Inadaptados Lourinhã

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	14	73.140,39	59.321,42
Subsídios, doações e legados à exploração	15	390.387,96	408.045,51
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	(3.674,92)	(2.1687,37)
Fornecimentos e serviços externos	17	(115.443,62)	(123.675,80)
Gastos com o pessoal	18	(363.206,37)	(341.375,11)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	19	37.010,96	47.408,87
Outros gastos e perdas		(24,50)	(32,29)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		18.190,90	46.940,91
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(16.677,63)	(16.039,68)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.513,27	30.901,23
Juros e rendimentos similares obtidos		0,90	0,90
Juros e gastos similares suportados		(372,40)	(358,06)
Resultados antes de impostos		1.140,77	30.608,39
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		1.140,77	30.608,39

O Contabilista Certificado: Vanda Oliveira

**ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

1. Identificação da Entidade

A "ADAPECIL" é uma instituição sem fins lucrativos, com estatutos publicados no Diário da República n.º 152 de 8 de agosto de 2007, Série II, com sede na Rua Rainha D. Leonor Urbanização da Cegonha, Lote 17.

Tem como atividade:

- a) Prevenção de deficiência, recorrendo a todos os meios que lhe forem possíveis, designadamente informativos e de aconselhamento;
- b) Informação e sensibilização junto da população para a problemática associada à defesa dos direitos da pessoa com deficiência e família;
- c) Deteção atempada de perturbações no desenvolvimento da personalidade das crianças através de uma estreita colaboração com infra-estruturas nas áreas da saúde, escolares, de apoio à infância entre outras. Tem uma intervenção imediata no sentido de alcançar uma solução prestando acompanhamento e apoio às crianças e respetivas famílias;
- d) Promove o desenvolvimento de capacidades entre as camadas mais jovens e adultos com deficiências ou com graves problemas ao nível da inserção social, visando a aquisição de conhecimentos escolares e profissionais necessários à sua adequada integração na sociedade, bem como o exercício pleno dos direitos de cidadania e a normal realização das suas personalidades;
- e) Desenvolve atividades de apoio a pessoas com graves problemas a nível de autonomia, visando o seu bem-estar e a salvaguarda dos padrões razoáveis de qualidade de vida; e
- f) Combate o preconceito e a atitude de incompreensão ou geradora de situações de marginalização e/ou exclusão social que, eventualmente, se coloquem à pessoa portadora de deficiência, compreendendo as suas causas e adotando medidas adequadas.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Referencial Contabilístico

O referencial contabilístico utilizado na preparação das demonstrações financeiras foi o da Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), a saber:

- a) DL 36-A/2011: Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras;
- b) Portaria 105/2011: Modelos de Demonstrações Financeiras;
- c) Portaria n.º 106/2011: Código de Contas;
- d) Aviso n.º 6726-B/2011: Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) e respetivas Normas Interpretativas (NI).

2.2 Pressuposto da Continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da instituição, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3 Regime do Acréscimo

A instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

2.4 Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

2.5 Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo.

2.6 Derrogações das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício de 2018, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação das disposições previstas pelo SNC-ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas nas demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas ao exercício de 2018.

3.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incursas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações e amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

3.2.1 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

3.2.2 Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

3.2.3 Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

3.2.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.5 Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.3 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.4 Financiamentos Obtidos

3.4.1 Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.4 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no final do exercício de 2018, refletindo as adições, abates, alienações, depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2018

	<i>(em euros)</i>		
Ativos Fixos Tangíveis	Saldo Inicial	Aquisições	Saldo Final
Custo de Aquisição			
Edifícios e outras Construções	272.842	27.251	300.093
Equipamento Básico	21.294	3.000	24.294
Equipamento de Transporte	62.099	-	62.099
Equipamento Administrativo	21.249	2.701	23.950
Outros Ativos tangíveis	7.239	-	7.239
Total	384.723	32.952	417.675
Depreciações acumulados			
		Depreciações	
Edifícios e outras Construções	129.750	7.337	137.087
Equipamento Básico	21.053	737	21.790
Equipamento de Transporte	40.129	7.740	47.869
Equipamento Administrativo	20.554	697	21.251
Outros Ativos tangíveis	6.734	166	6.900
Total	218.220	16.677	234.897
Valor Líquido	166.503		182.778

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2017

(em euros)

Ativos Fixos Tangíveis	Saldo Inicial	Aquisições	Saldo Final
Custo de Aquisição			
Edifícios e outras Construções	271.372	1.470	272.842
Equipamento Básico	21.294	-	21.294
Equipamento de Transporte	36.140	25.959	62.099
Equipamento Administrativo	21.249	-	21.249
Outros Ativos tangíveis	7.239	-	7.239
Total	357.294	27.429	384.723
Depreciações acumulados			
		Depreciações	
Edifícios e outras Construções	122.686	7.064	129.750
Equipamento Básico	20.343	710	21.053
Equipamento de Transporte	32.390	7.739	40.129
Equipamento Administrativo	20.194	360	20.554
Outros Ativos tangíveis	6.568	166	6.734
Total	202.181	16.039	218.220
Valor Líquido	155.113		166.503

Em 2018 salienta-se as obras realizadas no edifício, nomeadamente com a ampliação de instalações sanitárias e remodelação de salas no valor de 27.251€ e o incremento em equipamento básico no valor de 3000€ correspondente a doação feita à Instituição de mobiliário articulado.

6 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

	(em euros)	
	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	2.593	3.921
Total	2.593	3.921

Constata-se uma redução do endividamento por parte dos utentes em 2018, quando comparado com o ano transato.

7 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2018, a seguinte decomposição:

	2018	(em euros) 2017
Outras Contas a receber	845	406
Total	845	406

8 Diferimentos

Respeita a gastos que se verificaram no exercício económico presente, nomeadamente 1.962€, cujo custo será efetivo em 2019.

9 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

	2018	(em euros) 2017
Caixa	40	310
Depósitos à ordem	128.642	145.095
Outros depósitos bancários	892	892
Total	129.574	146.297

As disponibilidades em 2018 reduziram em cerca de 11%.

10. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

	2018			(em euros)
	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	219.122	-	-	219.122
Reservas	2.915	-	-	2.915
Resultados Transitados	-11.202	30.608		19.406
Outras Variações nos Fundos	27.321		3.641	23.680
Resultado Líquido do exercício	30.608	1.141	30.608	1.141

	2017			(em euros)
	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	219.122	-	-	219.122
Reservas	2.915	-	-	2.915
Resultados Transitados	-40.328	29.126		-11.202
Outras Variações nos Fundos	30.961		3.641	27.321
Resultado Líquido do exercício	29.126	30608	29.126	30.608

Os resultados Transitados sofreram um aumento, consequência dos constantes Resultados positivos que a Instituição tem vindo a ter desde o ano 2014, sendo que em 2018 terminou com um Resultado Líquido positivo de 1.141€.

11 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

	(em euros)	
	2018	2017
Fornecedores c/c	3.655	460
Total	3.655	460

O grau de endividamento da Instituição é praticamente nulo. A fatura de maior relevância é a da Uniself, regularizada em janeiro 2019.

12 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

	2018	(em euros) 2017
Imposto s/ rendimento das Pessoas Singulares	2.089	2.081
Fundo de compensação	47	82
Segurança Social	7.787	8.089
Imposto sobre trabalho independente	1	2
Penhora de Vencimento	561	-
Total	10.485	10.254

13 Outras contas a pagar

	2018	(em euros) 2017
Outras Contas a pagar	38.358	40.763
Total	38.358	40.763

Estão consideradas nesta rubrica as remunerações a liquidar e encargos com a Segurança Social, nas proporções de 34.619,30€ e 3.738,88€ respetivamente.

14 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Prestação de Serviços	<i>(em euros)</i>	
	2018	2017
Quotas de utilizadores	49.458	40.927
Quotas e joias	1.353	1.188
Amigos da ADAPECIL	176	-
Pirilampos Mágicos	4.350	5.281
Festas/Eventos	10.299	4.427
Bar	3.316	3037
CAO	1.694	271
Educacional	850	990
Outros - diversos	1.644	3.200
Total	73.140	59.321

As receitas em 2018 aumentaram cerca de 23%, contribuindo para este aumento o resultado da rubrica Festas/Eventos.

15 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos exercícios de 2018 e 2017 os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Subsídios e Doações	<i>(em euros)</i>	
	2018	2017
ISS, IP	293.686	286.854
DREL	81.664	101.597
Autarquias	15.000	16.200
IEFP	38	3.394
Outros	-	-
Total	390.388	408.045

Constata-se uma diminuição nesta rubrica quando comparada com o exercício de 2017 causado pela redução na comparticipação proveniente da DREL nas valências de Educacional e CRI.

16 Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

Respeita às compras efetuadas para o bar, no montante de 2.319€ e às compras para as Festas/Eventos no montante de 1.356€

17 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foi a seguinte:

FSE	<i>(em euros)</i>	
	2018	2017
Serviços Especializados	62.961	75.932
Materiais	9.730	13.411
Energia e Flúidos	18.762	17.894
Deslocações e Estadas	8.653	2.920
Serviços Diversos	15.337	13.519
Total	115.443	123.676

Na rubrica Serviços Especializados o custo mais significativo é o fornecimento de refeições que ascendeu ao montante de 44.419€. Esta rubrica apresenta uma redução quando comparada com o ano transato em virtude de no ano de 2017 ter sido contratada mão de obra especializada para a concretização dos projetos financiados pelo INR.

Na rubrica Materiais salienta-se o custo com os Pirilampos Mágicos no valor de 3.198€.

Na rubrica Energia e Flúidos os montantes mais avultados são os correspondentes a combustíveis no valor de 8.850€ e eletricidade no valor de 6.745€ .

Na rubrica Serviços Diversos estão incluídos:

- Contrato com a Grenke no valor de 5.249€
- Despesas com telecomunicações e CTT no valor de 3.101€
- Seguros no valor de 2.915€
- Limpeza, higiene e conforto no valor de 2.775€

18 Gastos com o Pessoal

Os órgãos diretivos não são remunerados.

Os gastos com o pessoal repartem-se da seguinte forma:

Gastos com o Pessoal	(em euros)	
	2018	2017
Remunerações ao pessoal	295.900	277.617
Encargos s/ remunerações	64.033	60.388
Seguros Ac Trabalho	3.193	3.060
Outros Gastos c/ o pessoal	473	310
Total	363.599	341.375

Em 2018 o número de colaboradores aumentou, passando a Instituição a ter uma psicóloga e uma assistente social e mais monitores.

19 Outros rendimentos e ganhos

Rendimentos	(em euros)	
	2018	2017
Donativos	16.005	20.007
Donativos em espécie	6.721	2.697
Imputação subs. Invs	3.641	3.641
Consignação IRS	6.476	7.492
Restituição IVA (50%)	407	1.855
Projeto INR	2.861	11.188
Outros	900	529
Total	37.011	47.409

A redução de projetos INR contribuiu para o decréscimo refletido na conta – Outros rendimentos e ganhos.

20 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

21 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subseqüentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Lourinhã, 21 de março de 2019

Teresa para facto faz de Jure

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Sócios,

1 Nos termos da lei instituída pelos Estatutos e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório da Direção e as demonstrações financeiras apresentados pela Direção da ADAPECIL - Associação De Amor Para a Educação de Cidadão Inadaptados da Lourinhã relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as quais compreendem o Balanço (que evidencia um total de ativo de 318.787,12 euros e um total de fundos patrimoniais de 266.263,96 euros, incluindo um resultado líquido de 1.140,77 euros) e a Demonstração dos resultados por naturezas.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Associação. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Associação e dos seus resultados;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Direção e Serviços, somos do parecer que sejam aprovadas as demonstrações financeiras;

29 de Março de 2019

O Presidente do Conselho Fiscal

Carla Maria Marteleira Andrade

O Secretário do Presidente do Conselho Fiscal

José António Saraiva Pereira da Silva